

Oligarquía e democracia nos partidos políticos: a crítica de Gramsci a Michels.

Renato César Ferreira Fernandes.

Cita:

Renato César Ferreira Fernandes (2010). *Oligarquía e democracia nos partidos políticos: a crítica de Gramsci a Michels*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/231>

Oligarquia e democracia nos partidos políticos

A crítica de Gramsci a Michels

Renato César Ferreira Fernandes

O objetivo desta apresentação é desenvolver a crítica de Gramsci a Michels em relação à teoria dos partidos políticos. A teoria dos partidos políticos é a principal contribuição de Michels à ciência política. Foi a partir da análise dos partidos, de seu papel e natureza, que o autor ítalo-germânico extraiu da realidade as principais leis do desenvolvimento social.

A teoria do partido em Gramsci já foi objeto de análise de diversos autores (COUTINHO, 1981, p. 117-126; GRUPPI, 1978, p. 73-76). Esta teoria faz parte do núcleo central do pensamento de Gramsci. A analogia entre o partido comunista e o príncipe de Maquiavel é relevante para entendermos a localização que esse tema tem na estrutura teórica dos *Cadernos do Cárcere*.

A crítica à teoria do autor ítalo-germânico não é restrita apenas ao diálogo explícito, pois a análise de Gramsci foi formulada além da crítica a Michels. É por isto que muitos pontos do diálogo podem ser reconstruídos através de uma comparação à resposta dada pelos autores a problemas correlatos.

É importante notar que, nos *Cadernos do Cárcere*, o objetivo de Gramsci não foi desenvolver uma teoria geral dos partidos políticos, bem como também não o foi nas notas específicas sobre partidos políticos. As principais passagens dos escritos de Gramsci sobre a teoria dos partidos políticos são aquelas relacionadas à discussão sobre Maquiavel e o novo príncipe. Nestas notas, o interesse de Gramsci era desenvolver uma concepção sobre o papel do partido comunista. Todas as outras notas foram considerações históricas ou gerais sobre os partidos políticos, relacionadas a temas com os quais o autor trabalhou. Desta maneira, é possível encontrar elementos para uma teoria geral dos partidos políticos nas notas sobre o Ressurgimento, sobre os intelectuais, sobre o Estado, sobre o fascismo, o economicismo, entre outras. Porém, nossa análise parte da crítica de Gramsci à teoria dos partidos em Michels.

A teoria do partido político em Michels

A teoria dos partidos em Michels é composta por diversos elementos. Tentaremos analisar aqui os principais aspectos levantados pelo teórico ítalo-germânico.

Os partidos políticos sempre foram uma preocupação na obra de Michels. O início das formulações teóricas de Michels coincide com os escritos nos quais o autor analisa a social-democracia alemã (SPD), além de conflitos políticos de classe, como a greve geral dos mineiros no

Ruhr de 1905 e congressos sindicais (MICHELIS, 1989). O primeiro escrito sobre partidos políticos do teórico ítalo-germânico é de 1905, que é uma análise do SPD. Nesta análise, Michels caracteriza diversos aspectos do partido, tais como: composição social, análise profissional dos militantes do partido, análise social da direção partidária, análise sobre as mulheres no SPD, os atritos internos ao partido e a mobilidade social no interior do partido. É no conjunto desta análise que Michels começa a tirar suas primeiras conclusões que o levaria, mais tarde, à elaboração da lei férrea da oligarquia (*Ibidem*, p. 265).

A principal crítica de Michels à social-democracia é a adaptação ao regime democrático. Em um texto intitulado *I pericoli cui va incontro il partito socialista tedesco*, de 1904, o autor discute que o perigo principal para o SPD não era a impossibilidade de modificar as instituições e a política do país em curto prazo, mas que o futuro do partido enquanto organismo transformador estava prejudicado, devido a política da sua própria direção de adaptação ao regime político alemão. Para isto, Michels utiliza o exemplo da política sobre a greve geral, a qual a direção do SPD era contra, por princípio: a justificativa de Kautsky, o principal teórico do SPD, era de que o “sistema de governo exclui a greve geral como demonstração” (MICHELIS, 1989, p. 151). Neste momento, Michels irá buscar a explicação da adaptação do SPD ao regime alemão a partir de variados fatores: históricos, psicológicos, pela pressão do parlamentarismo e pela força do Estado burguês alemão (*Ibidem*, p. 153). Mas ao mesmo tempo em que analisa estes problemas, que irão reaparecer na sua teoria dos partidos políticos, Michels procura dar uma resposta, enquanto militante socialista, a estes problemas: em última instância, a adaptação do SPD ao Estado burguês é um erro subjetivo do partido. É por não ter uma vontade corajosa da ação, um fermento revolucionário, que o partido alemão se adaptou. Aqui, para Michels, é um problema subjetivo que pode ser resolvido com uma política diferente, que eleve a consciência socialista do proletariado através da ação política. Aqui a influência de Sorel, líder sindicalista revolucionário, é importante para entender esta dimensão voluntarista de Michels.

É somente em 1907 que Michels rompe de vez com a possibilidade de uma saída aos problemas levantados pela ação do SPD. Em um estudo sobre a classe política, Michels incorpora a idéia de elite política como necessária para o funcionamento das instituições políticas e discute como se dá o processo de controle e de mudança da elite política destas instituições. Para Michels, diferentemente de Pareto, a mudança das elites não se deu por meio de um processo de circulação, mas através do amalgamento entre as elites. Este processo é muitas vezes de absorção pela elite de parte da nova elite (*Ibidem*, p. 451).

A partir daí, Michels se afasta cada vez mais dos partidos aos quais era afiliado (SPD e o Partido Socialista Italiano) e começa a realizar estudos sobre a questão da democracia e dos partidos políticos. Em 1910, escreve um texto fundamental para a sua teoria política: *La democrazia e la*

ferrea legge dell'oligarchia. Boa parte das teses de seu livro clássico sobre os partidos políticos pode ser encontrada neste artigo. A primeira parte é composta por uma análise de como a democracia transformou a aristocracia: para manter-se no poder, a elite política aristocrática teve que buscar o consentimento do povo. Mas este consentimento é sempre passivo, serve somente para manter a aristocracia no poder. A partir desta análise, Michels pauta o problema de como esta mesma tendência que faz a aristocracia manter um consentimento passivo com o resto do povo, está presente nos partidos socialistas e democráticos (*Ibidem*, p. 498). Na análise da tendência à oligarquia, Michels coloca como base o problema da organização. Para qualquer setor social se expressar na sociedade, ele deve se organizar. O problema é que uma organização de grande porte se baseia na desigualdade entre os organizados: para que ela possa ter um funcionamento efetivo é preciso que existam dirigentes e dirigidos. Os chefes são uma representação fixa e estável, limitando o controle democrático a uma esfera restrita. Passado um tempo, a atividade do chefe o torna, para os objetivos da organização, uma necessidade inevitável, criando uma diferenciação entre os dirigidos e os dirigentes: enquanto os primeiros estão liberados para agir pelo partido, os segundos apenas se reúnem em atividades partidárias nos momentos em que não estão trabalhando.

Outro elemento importante, que reforça a tendência à oligarquia é a questão do centralismo. Um partido de combate, como são os partidos socialistas, necessitam de uma organização para a guerra, não podem agir cada um como quer. Para Michels, uma organização centralizada é o que pode garantir a eficácia de um partido político. Neste sentido, o poder de centralização está nas mãos dos dirigentes e, por isto, é um reforço à oligarquização do partido.

Além disso, há uma transformação social e psicológica nos dirigentes partidários. Mesmo que eles tenham origens subalternas, não enfrentam mais a pressão dos patrões todos os dias e têm mais tempo para estudar. Tudo isso faz com que os dirigentes tenham uma superioridade econômica, histórica e intelectual em relação à massa de dirigidos (*Ibidem*, p. 503). Nos partidos operários, para Michels, surge uma verdadeira diferença de classe entre os dirigentes e a classe operária, pois os primeiros pertencem aos setores médios da sociedade, a pequena burguesia (*Idem*, p. 504). Essa alteração de classe é a base para as transformações psicológicas e a defesa de sua posição de classe.

Toda esta análise de Michels se baseia em dados empíricos do SPD alemão. O teórico ítalo-germânico levantou, em toda a primeira década do século, dados sobre as composições dos congressos e da direção dos partidos. Nestes dados, percebeu que muito pouco mudava nas direções partidárias (*Idem*, p. 508).

Sua principal obra, *Para uma sociologia dos partidos políticos*, escrita em 1912, é a reunião de todas estas análises anteriores e de algumas novas formulações. O ponto fundamental da obra é a perspectiva da discussão. O título da obra leva os leitores a considerar o livro como um tratado para uma teoria dos partidos políticos. E o livro tem elementos que possibilitam esta conclusão e que,

nada mais são do que a reescrita dos elementos anteriormente citados. Mas a principal discussão do livro não é sobre os partidos políticos, mas sobre os limites da democracia e da representação política: a discussão é se é possível uma democracia, no sentido de que a maioria das pessoas, efetivamente, governe (conceito retirado de Rousseau). A análise dos partidos políticos é justamente a demonstração de que isto não é possível, já que em toda vida social, o princípio da organização leva a oligarquia. E a oligarquia é sempre o domínio de uma minoria sobre a maioria. Aqui, recuperando elementos de anarquistas como Bakunin e Proudhon, mas chegando a conclusões contrárias, Michels afirma que os regimes democráticos modernos apresentam outro problema: o efeito de miragem, já que eles escondem a minoria que governa sob o argumento de que a maioria está governando (MICHELS, 2001, p. 423). Uma nova conclusão de Michels, a partir deste efeito de miragem dos partidos na democracia moderna, é a definição de que os partidos, efetivamente, não podem estabelecer um governo no qual a maioria governe, já que isto é contrário, não somente à lógica de funcionamento da vida social, mas também dos partidos políticos (Idem, p. 393).

Os escritos posteriores de Michels sobre os partidos políticos baseiam-se, em sua maior parte, nas conclusões tiradas na primeira década do século XX e na elaboração efetuada na *Sociologia dos partidos políticos*. A partir destes elementos, vamos analisar agora, como Gramsci criticou esta teoria política dos partidos.

O partido, seus momentos constitutivos e seus grupos elementares

Nesta parte, analisaremos dois parágrafos e toda a discussão em torno dos mesmos, nos quais há uma crítica explícita de Gramsci a Michels. O primeiro destes foi intitulado *Robert Michels, “Les partis politiques et la contrainte sociale”* (Q 2, § 75, p. 230-239), escrito entre 1929 e maio de 1930; e o segundo foi intitulado *Sul concetto di partito politico* (Q 13, § 33, p. 1629-1630), escrito entre 1932 e os primeiros meses de 1934. Será a partir da análise destes dois parágrafos que buscaremos compreender a crítica de Gramsci a Michels.

O primeiro parágrafo que interpretamos é o do caderno 2. Este é o parágrafo mais extenso que Gramsci escreveu sobre Robert Michels e sua obra. Por isto, neste parágrafo, o comunista italiano não abordou somente um tema da obra de Michels, mas diversos.

O caderno 2 iniciou em 1929 e terminou depois de janeiro de 1933, segundo Francioni. Este é o primeiro caderno denominado por Gramsci como “Miscelânea I”. Reúne 150 parágrafos, sendo três textos A e 147 textos B¹. O parágrafo que iremos analisar é um texto de tipo B.

A interpretação do parágrafo 75 do Caderno 2 tem uma dificuldade adicional: mais da metade da nota de Gramsci é, na verdade, uma transcrição do texto de Michels. Nesta transcrição, o

¹ De acordo com a edição Gerratana, existem três tipos de textos nos Cadernos do Cárcere: o texto A é a primeira escritura; o texto B é aquele que só foi escrito uma vez; e o texto C é a reescrita de um texto A.

comunista italiano acrescentou, além de comentários ao texto de Michels, escritos próprios que estão entre parênteses e alguns pontos, como “!” e “?”, que apresentam significação ao texto de Michels. O resto da nota é de passagens de Gramsci em confronto aberto com a teoria de Michels.

A rubrica da nota é sobre um artigo de Michels publicado em 1º de maio de 1928. Não foi possível ter acesso direto ao texto do autor ítalo-germânico, mas a maior parte do artigo é a reformulação de uma parte de seu curso de sociologia política (MICHELS, 1969), cujas aulas tinham sido ministradas em 1926 e a publicação data de 1927. A parte a qual se refere é “*La naturaleza sociológica de los partidos políticos*” (MICHELS, 1969, p. 125-142). Esta análise é reforçada metodologicamente não somente pelas diversas coincidências textuais entre a nota de Gramsci e o texto de Michels, mas também pela forma de escrita do autor ítalo-germânico: a sua obra é uma reelaboração contínua dos seus próprios textos.

No texto, o teórico ítalo-germânico procura analisar o desenvolvimento dos partidos políticos e suas principais implicações para a política moderna. Numa primeira parte, Michels recupera a afirmação de Weber para afirmar que “*O partido, portanto, é apenas uma fração, pars pro toto*” (MICHELS, 1969, p. 125; GRAMSCI, Q 2, § 75, p. 230). Logo após esta afirmação, Gramsci inclui em sua nota, um ponto de interrogação. Esta relação entre partido como “parte” e não representação do todo foi constante na obra de Michels. Para Gramsci esta afirmação é extremamente complexa, em dois sentidos.

O primeiro sentido é a compreensão literal da frase, do partido como parte e não todo. Em determinado sentido, esta afirmação é correta, já que o partido não é formado por toda classe ou grupo que representa. Muito pelo contrário, como diz Gramsci, no início de um trabalho, o partido deve começar por uma “*elite na qual a concepção implícita na atividade humana já se tenha tornado, em certa medida, consciência atual coerente e sistemática e vontade precisa e decidida*” (GRAMSCI, Q 11, § 12, p. 1387). O partido inicia o seu trabalho apenas enquanto parte da classe, e não enquanto “toda” a classe. Isto ocorre não apenas no início do trabalho partidário, mas no próprio processo de desenvolvimento, no qual o partido ainda tem como marca abarcar apenas uma “fração” do todo.

Para Gramsci, esta definição já era clara antes da prisão, quando insistia que o partido é uma “parte” da classe operária (não é ela própria). A definição de Gramsci foi realizada contra Bordiga, para quem o partido era um elemento “separado” da classe, isto é, Bordiga desconsiderava a determinação do movimento das classes no partido (GRAMSCI, 2004, p. 345).

Ao mesmo tempo em que é verdadeira a concepção do partido enquanto parte, a negação dela *poder ser* o todo é, para Gramsci, falsa. E, neste sentido, os escritos pré-carcerários também ajudam a esclarecer esta discussão. Para o comunista italiano, não é possível dizer que um partido seja uma força acabada: “*A verdade é que, historicamente, um partido é e jamais será definido. E isso porque*

ele só se definirá quando tiver se tornado toda a população, ou seja, quando tiver desaparecido.” (Ibidem, p. 182). A definição que surge do partido aqui é que *um partido só é partido quando se torna a classe* e neste sentido, é a classe que delimita os limites da formação do partido. Em relação à burguesia, pode-se dizer que o partido burguês está definido quando a hegemonia da burguesia é completada. Já ao partido do proletariado, *“que se propõe anular a divisão em classes, sua perfeição e seu acabamento consistem em não existir mais, porque já não existem classes e, portanto, suas expressões”* (GRAMSCI, Q 14, § 70, p. 1732-1733).

Este estágio, de partido definido, é apenas um momento particular da vida do partido. Quando Gramsci está desenvolvendo a questão da definição do partido, ele parece se atentar para outra pergunta: *“quando um partido se torna historicamente necessário?”*. Aqui, de forma implícita, o autor recupera os critérios de Marx sobre as condições de extinção de uma sociedade² para elaborar a sua resposta: *“Quando as condições de seu “trunfo”, de seu inevitável tornar-se Estado estão pelo menos em vias de formação e deixam prever normalmente seus novos desenvolvimentos.”* (Idem, p. 1733). E um partido só adquire condições para o seu triunfo, quando não pode ser destruído por meios normais. Estas condições constituem uma determinada combinação de “proporções definidas” de cada grupo no partido (sobre isto, trataremos adiante no tópico que diz respeito à estrutura partidária).

Os questionamentos de Gramsci, sobre a parte enquanto parte/todo e sobre a necessidade do partido, envolve um debate muito mais amplo neste momento histórico: quando é que se tornaram necessários os partidos comunistas enquanto partidos separados dos social-democratas? A referência a passagem de Marx não é trivial, pois é ela que nos dá a resposta: a partir do momento em que as condições estruturais para a tomada do poder estão colocadas, isto é, para que seja possível a tomada do poder pela classe trabalhadora, é necessário que exista um partido político comunista com influência de massas.

Voltando à afirmação de Michels, dos partidos como parte e não como o todo. A possibilidade de o partido tornar-se toda a população é, para Michels, impossível. Mas para o comunista italiano, para que o partido torne-se a classe, é necessário que a organização crie as condições para realizar a sua hegemonia. E o primeiro passo para isto, de acordo com Gramsci, é a fundação de um novo Estado. É por isto que o partido aparece para o comunista italiano enquanto o “novo Príncipe” (GRAMSCI, Q 13, § 21, p. 1601). Para Gramsci, a forma de destruir as condições que sustentam os

² “Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais to marão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver; pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir.” (MARX, 1974, P. 136). Sobre a recuperação da vontade humana de Gramsci a partir desta passagem de Marx cf. Bianchi (2008, p. 136-142).

partidos nas sociedades capitalistas modernas, se dá através da transformação da sociedade civil-política em sociedade regulada (Q 6, § 65, p. 734), isto é, a extinção da sociedade política para a formação da sociedade regulada (CC 7, § 33, p. 882).

O segundo passo a ser destacado, derivado diretamente do primeiro, é sobre a possibilidade de se tornar o todo, o que, para Gramsci, é identificado como a possibilidade de construção da hegemonia de um partido na sociedade. Como colocou Dias, a “*hegemonia é a elaboração de uma nova civiltà, de uma nova civilização*” (1996, p. 10). Aqui é necessário entender o papel que os partidos políticos cumprem enquanto associação que tende a se “totalizar”: a ligação do partido com um determinado grupo social (econômico) é a unidade que permite ao partido alcançar toda a sociedade. Mas este processo de alcançar “toda a humanidade” só pode se tornar real, se o grupo tiver uma política para a superação dos interesses particulares e corporativos. A superação destes interesses é, num primeiro momento, para Gramsci, a luta pela hegemonia, por uma nova forma de Estado. Mas como o próprio autor italiano insiste, a unificação com toda a população só pode ser possível se a luta pela hegemonia desembocar numa luta que procure superar a política e a moral, isto é, numa luta que pretenda chegar à sociedade regulada (GRAMSCI, Q 6, § 79, p. 750).

A luta pela hegemonia não significa somente a luta pelo poder político ou pela sociedade regulada, pois a hegemonia se realiza no movimento e nas instituições, isto é, no plano organizativo e também no plano ideológico (DIAS, 1996, p. 10). A luta pela hegemonia, travada pelo partido político, é a luta pela direção orgânica do movimento das classes sociais. É por isso que a luta do partido não pode ser reduzida a palavras de ordem que devem ser levantadas. Estas palavras de ordem são importantes, mas o fundamental é a relação que o partido desenvolve com o movimento de massas. É aqui que entra a discussão sobre a possibilidade de representação dos interesses das massas. Representatividade esta negada por Michels. Para o teórico ítalo-germânico, a representação era impossível devido à incompatibilidade temporal entre os interesses individuais e a formação de um interesse coletivo. É por isto que, em longo prazo, a vontade coletiva é sempre a vontade dos dirigentes e não a dos dirigidos.

Representar significa manifestar a vontade geral por intermédio da vontade particular. (...) Mas a função de representação, quando se prolonga, torna-se inevitavelmente, seja em que circunstâncias for, uma *dominação dos representantes sobre os representados*. (MICHELS, 2001, p. 175. Grifos do autor).

As razões levantadas por Michels para esta impossibilidade da representação nos partidos operários são, basicamente, cinco: a) razões técnicas: impossibilidade da democracia direta; b) razões psicológicas: os dirigentes alteram suas visões de mundo uma vez exercido o poder; c) para chegar ao poder, o partido se adapta ao regime ao qual, no início, se opunha; d) a luta política faz com que o partido tenha que dar respostas rápidas e isto destrói a democracia partidária; e)

aburguesamento dos dirigentes partidários. Robert Michels baseou sua teoria, para chegar a estas formulações, na análise dos partidos políticos socialistas, principalmente, o italiano (PSI) e o alemão (SPD).

Em Gramsci não há discussão sobre a possibilidade de que os interesses individuais sejam representados pelo partido enquanto organizador coletivo. Para o comunista italiano, a representação é justamente a transformação da necessidade em liberdade dos dirigidos, isto é, em ato consciente:

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é a força social; cria-se o “bloco histórico”. (Q 11, § 67, p. 1505-1506).

A representação é uma adesão orgânica e é contraposta, pelo comunista italiano, a relações burocráticas ou formais, nas quais os intelectuais transformam-se em castas, como na Igreja – a forma de organização destes partidos é o centralismo burocrático (Q 11, § 67, p. 1505). Os dirigentes eclesiásticos compreendem, mas não “sentem” os sentimentos das massas. Para Gramsci, a adesão orgânica representa “*a troca de elementos individuais*”, isto é, a passagem dos “simples” a “intelectuais orgânicos”:

O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais-massas; o estrato dos intelectuais se desenvolve quantitativa e qualitativamente, mas todo progresso para uma nova ‘amplitude’ e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, com a passagem de indivíduos, ou mesmo de grupos mais ou menos importantes, para o estrato dos intelectuais especializados. (Q 11, § 12, p. 1386).

Se fizermos uma comparação entre a teoria de Michels e a de Gramsci, podemos dizer que para o comunista italiano, o autor ítalo-germânico só concebe os dirigentes políticos enquanto casta, mas nunca enquanto representação, adesão orgânica. Para Michels existe a possibilidade da passagem de elementos da “massa amorfa” à condição de “dirigentes partidários” ou da “elite proletária”. Mas, de acordo com o autor ítalo-germânico, esta passagem não pode se estender ao conjunto do proletariado e representa um afastamento da classe de origem. Esta foi a base na qual o autor afirmou o partido como “elitização” do proletariado (MICHELS, 1969, p. 80). Para Gramsci, o afastamento da classe de origem depende inteiramente de uma relação política: o novo dirigente pode ou não elevar mais camadas de sua classe a condição de dirigente? Pode ou não realizar um bloco histórico?

Iniciamos o questionamento do partido sobre a relação da parte e do todo. Se para Michels esta

relação é sempre de separação (parte do todo), para Gramsci a relação é sempre de desenvolvimento, isto é, o partido *é parte do todo* e se desenvolve da *parte ao todo*. Para explicitar melhor este processo, é necessário o desenvolvimento do conceito de bloco histórico. Para Gramsci, a relação de representação é a única capaz de realizar um bloco histórico. Este conceito foi recuperado da formulação de Sorel, porém com um sentido diverso ao atribuído pelo sindicalista francês (GALASTRI, 2007, p. 140). Para Gramsci, o bloco histórico representa “*unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos*” (Q 13, § 10, p. 1569). Com isto, o bloco é para Gramsci uma “*unidade dialética entre forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura jurídico-política num dado momento histórico*” (GALASTRI, 2007, p. 141). A relação de representação pode colocar a questão da criação de um bloco histórico porque a transformação do *sentir das massas em compreensão ativa* (política) é a forma de iniciar a unidade do desenvolvimento entre as forças produtivas, as relações sociais e a superestrutura política.

A partir do bloco histórico, é possível reconstruir a unidade entre o programa político e a forma de representação através do partido. Para o comunista italiano, a criação de um bloco histórico só é possível se o partido político colocar enquanto programa a unidade entre estrutura e superestrutura, isto é, apresentar um “*programa de reforma econômica [que] é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral*” (Q 13, § 1, p. 1561). Somente através da combinação entre a reforma intelectual e moral e a reforma econômica, isto é, o programa de transformação da sociedade, é que o partido político pode lutar pela hegemonia.

No artigo sobre partidos políticos de Michels, o autor desenvolve de outra maneira o argumento da política e do “despertar” das massas na ação. Para ele, isto só é possível a partir de uma grande liderança carismática, pois esta “soporta en su seno una dinámica política de sumo vigor” (MICHELS, 1969, p. 128). O exemplo maior para ele é Mussolini. Para Michels, o líder fascista italiano tem o dom de “estimular el entusiasmo de los demás” (Idem). Neste sentido, os partidos carismáticos são superiores aos partidos com programa definido (doutrinários) ou com interesses de classe³.

Este partido carismático de Michels, nunca existiu para Gramsci, pois, para este, a liderança carismática é apenas um momento do desenvolvimento dos partidos políticos enquanto elementos de representação. Para Gramsci, este momento é o de

“anarquia permanente” devido ao equilíbrio estático das forças em luta, um homem representa a “ordem”, isto é, a ruptura por meios excepcionais do equilíbrio mortal, e em torno dele se agrupam os “amendrotandos”, as “ovelhas hidrófobas” da pequena-burguesia: mas há sempre um programa, mesmo que genérico, e genérico

³ Michels desenvolve esta ideia no tópico sobre “tipos de partidos políticos”. Para Gramsci, esta classificação dos partidos é superficial.

porque tende apenas a readaptar a cobertura política exterior a um conteúdo social que não atravessa uma verdadeira crise constitucional, mas só uma crise provocada pelo número excessivo de descontentes, difíceis de serem controlados em virtude de sua quantidade e da simultânea, mas mecanicamente simultânea, manifestação de descontentamento em toda a área da nação (Q 2, § 75, p. 234).

Ao realizar a crítica ao conceito de “partido carismático”, o comunista italiano descreve a situação na qual se desenvolvem as lideranças carismáticas. Esta situação é a mesma que propicia o desenvolvimento do bonapartismo (cf. GRAMSCI, Q 13, § 27, p. 1619). Esta fase, para Gramsci, é sempre transitória, nunca permanente. Não é à toa, que o principal elemento levantado para Gramsci em relação ao fascismo não é a liderança carismática de Mussolini, mas sim o caráter autoritário do partido: para Gramsci, o caráter “carismático” do partido fascista se baseia na proibição “da formação de grupos e toda discussão pública” (Idem).

O que Gramsci procura destacar na sua crítica à tipologia dos partidos michelsiana é a relação entre o partido carismático e o programa político, a qual, para o comunista italiano, é desprezada por Michels. Esta crítica fica evidente no ponto de exclamação acrescentado por Gramsci quando transcreve a frase de Michels: “*O partido político como tal tem sua própria alma (!), independente de seus programas e regulamentos e dos princípios eternos de que está impregnado*” (GRAMSCI, Q 2, § 75, p. 235-236; MICHELS, 1969, p. 131-132). O problema central é que Michels excluiu da “alma” do partido a concepção de mundo que o sustenta.

Em relação à tipologia partidária, a crítica de Gramsci procura delinear que a classificação de Michels considera os partidos fora do processo de constituição de classe. Esta tipologia também é considerada muito esquemática e pouco eficaz, já que, para Gramsci, é um absurdo a classificação de “partidos doutrinários” (afinal todo partido deve se basear numa concepção de mundo, já que é “portador” de um programa). Além disso, para o comunista italiano não há diferença entre os partidos doutrinários e os confessionais, que não são nada mais do que uma forma de doutrina (Q 2, § 75, p. 235). Por último, o autor italiano critica a classificação de Michels, mas a considera “menos mal” porque o autor ítalo-germânico utiliza os conceitos enquanto tipos ideais, que orientam a ação do cientista na realidade, mas que não explicam os partidos em seu todo. É por isto que na análise dos partidos de Michels, pode-se encontrar num mesmo partido características de um ou mais tipos ideais.

Um ponto central na crítica de Gramsci a Michels, neste parágrafo, é a tendência à oligarquia. A primeira vez que a crítica à tendência aparece, no parágrafo que estamos estudando, é seguida por uma passagem de Michels que explica a prisão que os operários criam ao aceitarem os seus próprios chefes. Esta prisão, que para Michels é uma necessidade, leva a uma perpetuação da dominação dos dirigentes sobre os dirigidos. Esta permanência da dominação, de acordo com Michels (a qual Gramsci cita integralmente), se dá através da “*superioridade técnica e intelectual, e na*

impossibilidade de seus mandantes exercerem um controle eficaz” (MICHELS, 1969, p. 132). O próprio Michels coloca que a presença de intelectuais no partido exerce uma pressão que reforça a dominação dos dirigentes sobre os dirigidos (GRAMSCI, Q 2, § 75, p. 236).

A passagem do autor ítalo-germânico é a seguinte:

Ahora bien, en la medida que se complica la vocación política y se multiplican las reglas de legislación social, se impone a los dirigentes de los partidos políticos una existencia cada vez más profesionalizada, basada en un conocimiento que se amplía continuamente, *savoir-faire*, rutina y en ocasiones delicadas diplomacia. De ahí que va aumentando de modo constante la distancia entre los dirigentes y los dirigidos. Por eso puede señalarse la flagrante contradicción que existe, en los partidos maduros, entre las declaraciones e intenciones democráticas, por un lado, y la concreta realidad oligárquica, por el otro. (MICHELS, 1969, p. 132).

Neste parágrafo, Michels desenvolve a idéia de que quanto mais espaço o partido político adquire na sociedade, mais aumenta a distância entre dirigentes e dirigidos. Esta idéia, também foi desenvolvida por Weber, em sua obra sobre a política como vocação (2000a).

Logo após a transcrição da passagem de Michels, o comunista italiano desenvolve um comentário crítico importante para a compreensão da tendência à oligarquia, que Gramsci localiza com o título de “complexidade progressiva da atividade política”:

(...) entretanto, é necessário observar que uma coisa é a democracia de partido e outra a democracia no Estado: para conquistar a democracia no Estado pode ser necessário – ou melhor, é quase sempre necessário – um partido fortemente centralizado; e mais ainda: as questões relacionadas com democracia e oligarquia têm um significado preciso, que é dado pela diferença de classe entre líderes e seguidores: a questão torna-se política, ou seja, adquire um valor real e não mais apenas de esquematismo sociológico, quando na organização existe divisão de classe: isso ocorreu nos sindicatos e nos partidos social-democratas. Se não existe diferença de classe, a questão torna-se puramente técnica – a orquestra não crê que o regente seja um patrão oligárquico –, de divisão do trabalho e de educação, isto é, a centralização deve levar em conta que nos partidos populares a educação e o ‘aprendizado’ político se verificam em grande parte através da participação ativa dos seguidores na vida intelectual – discussões – e organizativa dos partidos. A solução do problema, que se complica exatamente pelo fato de que nos partidos avançados os intelectuais têm uma grande função, pode ser encontrada na formação de um estrato médio o mais numeroso possível entre os chefes e as massas, que sirva de equilíbrio para impedir os chefes de se desviarem nos momentos de crise radical e para elevar sempre mais a massa. (Q 2, § 75, p. 236-237)

Esta crítica de Gramsci à lei férrea da oligarquia de Michels nos dá a possibilidade de realizarmos três discussões centrais sobre a teoria dos partidos. A primeira discussão é sobre a diferença entre o regime de organização e a política do partido. Para Michels, somente de forma conjuntural e episódica poderia um partido oligárquico influir democraticamente na vida do Estado:

Dentro de certos limites relativamente estreitos o partido político democrático

dirigido em moldes oligárquicos não deixará de ter uma influência democrática sobre o Estado. A velha classe política da sociedade – sobretudo ao nível do próprio aparelho de Estado – vê-se obrigada a adotar em alguma medida uma transfiguração dos valores: aumenta a consideração pelas massas, ainda que estas sejam conduzidas pela demagogia, e os órgãos legislativos e administrativos habitam-se a ceder não apenas às pressões vindas de cima, mas também às que vêm de baixo. (MICHELS, 2001, p. 393).

Para Gramsci, esta não é uma relação necessária: um partido centralizado por uma minoria, mas com um programa democrático pode cumprir a função de democratização do Estado. Para o comunista italiano não só pode, como deve ser centralizado, pois esta é a única via para a democratização do Estado.

Ao contrário de Michels, que considera que a contradição se dá entre a democracia do partido e o Estado oligárquico, com a predominância deste último, para Gramsci a contradição está nas forças antagônicas que constroem cada partido e o projeto de Estado que defendem. O problema não é de instituições (partido e Estado) que se enfrentam, mas de forças sociais e é entre estas forças sociais que se coloca o problema das estruturas a se formar para a constituição de novas instituições.

É a partir desta consideração que podemos desenvolver a segunda discussão: a diferença entre as organizações democráticas e oligárquicas é uma diferença de classe e somente neste sentido que esta disparidade adquire um “valor real”, político. Para Gramsci, a classe burguesa só consegue manter o seu domínio subordinando a prática política das outras classes a sua própria concepção de mundo, isto é, estabelecendo um “conformismo” que adapte as práticas de classe a sua direção e dominação (Q 8, § 2, p. 937)⁴. O domínio da burguesia impõe as suas “necessidades” a outras classes subalternas. Dessa forma, entre a classe burguesa e as outras classes subalternas não há relação orgânica de representação, já que a burguesia não pode transformar em “liberdade” as “necessidades” das classes subalternas, pois isto iria contra o seu próprio domínio. De acordo com Gramsci, somente os intelectuais próprios das classes subalternas podem estabelecer uma relação democrática e orgânica com as mesmas. E na sociedade capitalista moderna, a única forma que os subalternos têm para desenvolver sua própria camada dirigente, é através do partido político (GRAMSCI, Q 12, § 1, p. 1522).

No parágrafo que estamos discutindo, Gramsci coloca que a divisão de classes existiu nos “*sindicatos e partidos social-democratas*” (Q 2, § 1, p. 236). É importante precisar esta divisão. O problema, para Gramsci, da divisão de classes é que a partir do momento em que o partido não realiza a “educação” da massa através da “participação ativa” dos dirigidos na discussão político-partidária (intelectual), a organização reproduz a separação de classes entre os dirigentes e dirigidos, já que fecha a possibilidade de que os dirigidos se transformem em dirigentes. É esta

⁴ A subordinação do SPD à legalidade burguesa é um exemplo claro disto.

separação, por exemplo, que Gramsci criticou no partido comunista italiano, em suas cartas de 1923 sobre a formação de um novo grupo dirigente. Gramsci se opôs, nessa ocasião, ao fato de que para o partido, qualquer “*participação das massas na atividade e na vida interna do Partido que não fosse a que tem lugar em grandes ocasiões e em decorrência de uma ordem formal do centro dirigente era vista como um perigo para a unidade e para o centralismo*” (GRAMSCI, 2004, p. 181-182). Portanto, para a definição de classe do organismo partidário, não é somente necessário analisar a sua composição social, mas a relação entre os organismos e as classes sociais – isto serve também para a definição de classe dos dirigentes do partido. Portanto, para Gramsci, a análise de Michels sobre os dirigentes enquanto “pequeno-burgueses”, que fica presa a uma concepção de função individual, é errônea. A análise de classe de um partido deve ter como objeto a relação política que a organização estabelece com a classe social a qual representa.

Esta definição fica clara quando Gramsci discute a questão de classe em relação aos intelectuais. Para o comunista italiano, o caráter de classe dos intelectuais não deve ser procurado em sua atividade intrínseca e individual, mas nas relações que a atividade intelectual-organizativa mantém no conjunto das relações sociais (GRAMSCI, Q 12, § 1, p. 1516).

Por isto, quando Michels afirma que a formação dos dirigentes é uma forma de perpetuar a divisão de classes (dirigentes pequeno-burgueses e dirigidos proletários), Gramsci não responde a partir da análise social do partido. A defesa de Gramsci é calcada sobre a política do partido e nesta, sobre o que esta política reforça: procura perpetuar a divisão entre dirigentes e dirigidos (interesse dos dominantes) ou acabar com a mesma (interesse dos subalternos)? É a partir deste prisma que o problema da oligarquia nos partidos políticos adquire um valor real, político. Um partido que se oligarquiza é um partido no qual os interesses da classe dominante prevalecem sobre os interesses dos subalternos.

Quando não há divisão de classes, Gramsci considera a questão como técnica. A consideração da questão como técnica não quer dizer que o comunista italiano retira o problema do âmbito da política. A questão é técnica porque a política lhe permite que seja desta forma. A justificativa de Gramsci, através da relação entre o regente e a orquestra, é uma crítica sobre um exemplo dado pelo próprio Michels⁵.

Duas considerações importantes sobre a relação entre democracia e oligarquia: a primeira é de que a representação democrática significa, para Gramsci, a possibilidade da elevação dos subalternos para dirigentes políticos, condição essencial para a realização da hegemonia proletária; a segunda consideração é que a complexidade da atividade política pode levar o partido a um regime oligárquico e, para Gramsci, o elemento essencial disto é a realização da hegemonia

⁵ A frase de Michels: “*A mudança do regente nada altera na música*” (2001: 419). A utilização desta frase serve, para o autor ítalo-germânico, como justificativa de que a mudança na direção política dos partidos não irá alterar a natureza oligárquica das organizações.

proletária – o partido só realizará esta hegemonia se mantiver relações de representação democrática entre partido e classe.

A última parte da crítica de Gramsci a Michels, no § 75 do Q 2, abre o debate sobre a estruturação interna do partido. Discussão esta que Michels só faz no âmbito geral, através da lei de oligarquia e em poucas referências às estruturas partidárias. A estrutura interna do partido, para Gramsci, se relaciona diretamente ao combate do processo de oligarquização. Desta forma, a estrutura interna do partido deve servir no processo de constituição da classe enquanto dominante na sociedade.

Para o autor italiano, a existência de um partido é determinada pela confluência de três elementos fundamentais: base, direção e militantes intermediários. Gramsci classifica cada um destes elementos enquanto “grupos”. O primeiro destes grupos, a base partidária, é definido da seguinte forma pelo comunista italiano:

Um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo. Sem eles o partido não existiria, é verdade, mas também é verdade que o partido não existiria ‘somente’ com eles. Eles constituem uma força na medida em que existe quem os centraliza, organiza e disciplina; mas, na ausência dessa força de coesão, eles se dispersariam e se anulariam numa poeira impotente. Não se nega que cada um desses elementos possa se transformar numa das forças de coesão, mas falamos deles exatamente no momento em que não o são nem estão em condições de sê-lo, e, se o são, apenas o são num círculo restrito, politicamente ineficiente e inseqüente. (GRAMSCI, Q 14, § 70, p. 1733).

A caracterização de Gramsci da base partidária é importante em três pontos: a) a base é uma necessidade de qualquer organização. Não é possível existir um partido político que se baseia apenas nos quadros intermediários e na direção partidária; b) a base partidária tem alguma efetividade a partir do momento que existe “*quem os centraliza, organiza e disciplina*”, caso contrário haveria dispersão desta base; c) o elemento de base é uma forma transitória no partido, já que não se pode negar que os indivíduos da base possam transformar-se em elementos de coesão (intermediários ou de direção). Esta é, na verdade, uma necessidade do desenvolvimento de um partido que luta pela hegemonia: ampliar o conjunto de quadros que tem no partido, para organizar cada vez mais pessoas.

O segundo elemento necessário ao partido é justamente a “força de coesão” principal, que o comunista italiano chama do Estado-maior do partido:

O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais; este elemento é dotado de força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e também (ou melhor, talvez por isto mesmo) inventiva, se se entende inventiva numa certa direção, segundo certas linhas de força, certas perspectivas, certas premissas. Também é verdade que, por si só, este elemento não formaria o partido, mas poderia servir para formá-lo mais do

que o primeiro elemento considerado. Fala-se de capitães sem exército, mas, na realidade, é mais fácil formar um exército do que formar capitães. Tanto isto é verdade que um exército já existente é destruído se faltam os capitães, ao passo que a existência de um grupo de capitães, harmonizados, de acordo entre si, com objetivos comuns, não demora a formar um exército até mesmo onde ele não existe. (GRAMSCI, Q 14, § 70, p. 1733-1734).

Este segundo grupo de elementos é a direção do partido. É através dela que emana a coesão do organismo partidário. É por isto que, para Gramsci, esta é uma força centralizadora e disciplinadora, já que para que uma concepção de mundo se torne força material é necessária uma disciplina coesa para sua aplicação.

Um aspecto que aparece na discussão sobre a direção partidária é a relação inventiva. A faculdade criadora que Gramsci atribuiu como característica necessária à direção reside na capacidade de conseguir considerar as “linhas de forças” e desenvolver a melhor ação para desenvolver estas relações de forças favoráveis ao partido (GRAMSCI, Q 13, § 17, p. 1578-1589).

A centralização na ação, para um partido, é uma necessidade da luta de hegemonias. Da mesma forma que Michels (2001, p. 69), Gramsci afirma que no combate dos partidos, a centralização é uma necessidade da tática de luta. Mas, diferentemente do teórico ítalo-germânico, a necessidade da centralização não é para o marxista italiano uma forma anti-democrática por princípio. Para Michels, é antidemocrática, pois os centralizados não participam da discussão, só agem de acordo com os centralizadores. Para Gramsci, o critério de discussão é outro. A centralização é democrática quando fortalece a passagem de subalternos a intelectuais orgânicos. Se a centralização impede esta passagem, aí sim, seria antidemocrática.

O centralismo nas organizações políticas é um tema que Gramsci retomou diversas vezes em suas obras carcerárias. Ao todo, existem nove parágrafos nos quais o autor toma o tema de forma direta e indireta⁶. Não estão incluídos, dentre as nove notas, aquelas nas quais o comunista italiano tratou temas correlatos, como a disciplina ou a estrutura de organização das igrejas e das associações existentes. A maior parte dos parágrafos sobre o centralismo discute o problema do centralismo orgânico.

A primeira discussão que Gramsci fez em relação ao centralismo foi sobre a relação entre Maurras e o centralismo no Q 1, § 49, escrito entre fevereiro e março de 1930 – o parágrafo anterior, que também trata de Maurras⁷, tinha como tema central a dialética entre força e consenso no regime parlamentar e como a solução da Ação Francesa à crise parlamentar francesa de 1925 era o “revés do jacobinismo”. No parágrafo sobre centralismo em Maurras, o comunista italiano, considera que o “centralismo orgânico” deve estar ligado à cooptação em torno a um “possuidor da

⁶ Os parágrafos que Gramsci discute o centralismo são: Q 1, § 49; Q 3, § 56; Q 4, § 33; Q 6, § 128; Q 9, § 68; Q 13, § 36; Q 13, § 38; Q 14, § 48; Q 15, § 13.

⁷ Charles Maurras (1868-1952) foi poeta e jornalista. Líder do jornal e do grupo Ação Francesa, defendeu a tese do nacionalismo integral e da monarquia parlamentar. Teve muito apoio em setores da Igreja, apesar de ser agnóstico.

verdade”. Gramsci liga esta concepção de centralismo às leis da mecânica e da matemática na compreensão histórica e ao “maurrasismo” (GRAMSCI, Q 1, § 49, p. 64). Este parágrafo foi reescrito no Q 13, § 38, entre maio de 1932 e os primeiros meses de 1934⁸, no qual o comunista italiano acrescentou alguns novos termos que esclarecem a sua crítica a Maurras e ao centralismo orgânico: a cooptação agora é de “grupos políticos”; o “possuidor da verdade” agora é explicitado através de uma concepção que “*encontrou as leis naturais infalíveis da evolução histórica, infalíveis mesmo que a longo prazo e mesmo que os acontecimentos imediatos ‘pareçam’ não lhes dar razão*”; é, neste sentido, que as leis da mecânica e da matemática transformam-se nos motores intelectuais desta concepção. A afirmação final continua a ser sobre o nexo entre centralismo orgânico e Maurras⁹.

Entre junho e julho de 1930, Gramsci voltou a se referir sobre o centralismo orgânico, mas agora não em relação a Maurras, e sim em relação à igreja e à casta sacerdotal. Para o comunista italiano, o “*centralismo orgânico imagina poder fabricar um organismo de uma vez por todas, já perfeito objetivamente*” (GRAMSCI, Q 3, § 56, p. 337). Neste sentido, a concepção de ideologia apresentada pelo centralismo orgânico se identifica como algo “artificial e mecânico” e não histórico, é o resultado de uma luta incessante – é este o caráter iluminista dado por Gramsci à concepção do “centralismo orgânico”.

O centralismo orgânico ainda é retomado nos outros parágrafos que tratam do tema. Por exemplo, no Q 6, § 128, escrito entre março e agosto de 1931, Gramsci recupera as palavras de Foch, citadas por Schneider e realiza a seguinte crítica ao centralismo orgânico:

Tendência a separar o “comando” de qualquer outro elemento e a transformá-lo numa “panacéia” de novo tipo. (...) O centralismo orgânico, com o comando autoritário e “abstratamente” concebido, está ligado a uma concepção mecânica da história e do movimento, etc. (GRAMSCI, Q 6, § 128, p. 796)

Em outra passagem, Gramsci faz a relação entre o centralismo orgânico e a forma pela qual os dirigentes constroem o consentimento das massas a sua política. Para o comunista italiano, a direção de uma organização estatal ou civil, tem como um dos seus elementos principais, conseguir o consentimento das massas. Este consentimento pode ser obtido de duas formas: a primeira é a forma passiva, na qual os dirigidos não participam da elaboração da política; a segunda ocorre de forma ativa, na qual a elaboração da política perpassa a intervenção dos dirigidos. O centralismo orgânico é uma forma de “consentimento passivo”, na qual a organização é identificada com seus

⁸ A nota também é antecedida pela reescrita do texto A do Q 1, § 48. Nesta nota há diversas mudanças, inclusive do título, que passa de “*O jacobinismo ao revés de Charles Maurras*” para “*Notas sobre a vida nacional francesa*” (Q 13, § 37, p. 1635-1650).

⁹ Ao texto C do Q 13 é acrescentado uma consideração sobre as estratégias inglesas e alemãs na batalha de Jutlândia. Essas considerações aparecem como anotações sobre a questão do centralismo no exército.

dirigentes e na qual, a intervenção dos dirigidos, desagregaria toda a estrutura superior – o exemplo de Gramsci é a forma de organização da Igreja católica (GRAMSCI, Q 15, § 13, p. 1771). Este exemplo poderia ser também o de Mussolini, que consegue o consentimento das massas através da oratória e de frases de efeito (MICHELS, 1969, p. 127-128).

Gramsci identifica no centralismo orgânico uma forma de direção da organização política que se baseia numa concepção de mundo em sentido iluminista (a-histórica) e mecânica da história. Este tipo de organização só pode existir através de uma forma passiva de intervenção das massas sobre o organismo, o que acarreta organismos nos quais a base e as massas não intervenham na vida partidária. Este é o tipo de centralismo que predomina nos partidos oligárquicos que Michels analisa; para o autor ítalo-germânico é o *único* tipo de centralismo possível na organização partidária.

Diferentemente de Michels, para Gramsci existe um regime de centralismo que se contrapõe ao centralismo orgânico. A primeira vez que o autor italiano realiza esta contraposição é em um texto A, presente no Q 9, intitulado “*Maquiavel. Centralismo orgânico e centralismo democrático*”, escrito entre julho e agosto de 1932. Este texto será reescrito entre 1932 e 1934, e aparecerá no ponto 2 do Q 13, § 36, que tem como título geral “*Burocracia*”. Neste texto, Gramsci acrescenta alguns exemplos e desenvolve as diferenças sobre as quais é preciso se atentar no que se refere aos dois tipos de centralismo (orgânico e democrático). A preocupação do comunista italiano, nas duas notas citadas, é a do estudo das relações políticas e econômicas que se manifestam no centralismo orgânico e no democrático, através de uma série de campos: na vida estatal, nas relações interestatais, nos partidos e nas associações sindicais. O primeiro apontamento de Gramsci é sobre a “influência” de uma organização ou direção sobre outras e se esta influência é suficiente para o centralismo de um grupo sobre o outro. O exemplo claro é o papel do SPD na II Internacional: partido que tinha a maior parte dos intelectuais e que era o principal partido da Internacional. O SPD tinha uma influência muito grande na organização, no debate intelectual sobre o marxismo e na política. Para Andreucci:

Entre 1890 e o final do século está situado o período da maior expansão na influência da social-democracia alemã, na influência das idéias que ela representava: todos os partidos socialistas criados após essa data declararam expressamente que assumiam os modos de ser, o programa e a doutrina da social-democracia alemã (1982, p. 28).

Para Gramsci, o vínculo que existia entre a política do SPD e os outros partidos nunca foi orgânico e por isso não era disciplinar, o que acarretava numa influência política desagregada e não numa centralização deste sobre os demais partidos da II Internacional (GRAMSCI, Q 13, § 36, p. 1633).

Ainda na distinção entre os tipos de centralismo, Gramsci localiza a necessidade de distinguir

dois tipos de centralismos orgânicos: o primeiro se relaciona à ocultação do predomínio da parte sobre o todo (os partidos democráticos) e o segundo afirma este predomínio e o reforça (o partido fascista). Para Gramsci, o nome exato do centralismo orgânico deveria ser o de “centralismo burocrático”, pois a centralização da atividade é feita para adequar os organismos à forma de organização que corresponda à manutenção da atual direção. Esta forma pode ser identificada como a forma de reprodução da oligarquia nos partidos em Michels, pois este autor trata o centralismo apenas como forma de dominação dos dirigentes sobre os dirigidos. Na verdade, para o autor ítalo-germânico, o centralismo “*que é uma idéia de poder, vem prestar assistência à forma de organização política concreta que o Estado reveste.*” (MICHELS, 2001: 216).

Diferentemente de Michels, Gramsci compreende que é possível outra forma de centralização nos partidos políticos. Ele ainda coloca que esta forma de centralização é a única que pode ser orgânica, pois é

um “centralismo” em movimento, por assim dizer, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências: ele é “orgânico” porque leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelação da realidade histórica, e não se enrijece mecanicamente na burocracia; e, ao mesmo tempo, leva em conta o que é relativamente estável e permanente ou que, pelo menos, move-se numa direção fácil de prever, etc. (GRAMSCI, Q 13, § 36, p. 1634).

Esta organicidade é dada porque o centralismo democrático é uma forma “elástica”, que pode adaptar-se a diversas situações. Esta adaptação é possível, porque a concepção de mundo que se organiza de acordo com o centralismo democrático é aquela que consiste “*na pesquisa crítica do que é igual na aparente diversidade e, ao contrário, é diverso e até mesmo oposto na aparente diversidade*” (Ibidem, p. 1635). O resultado desta pesquisa crítica não é “racionalista, dedutivo, abstrato” (método próprio dos intelectuais e acadêmicos, segundo Gramsci), mas prático, indutivo e experimental, já que ele requer a unidade orgânica entre teoria e prática, intelectuais e massas, governantes e governados, vida partidária e cotidiano das massas (Ibidem).

O centralismo democrático deve ser relacionado a dois temas já tratados anteriormente. O primeiro é o da relação entre centralização interna e política externa: por ser um centralismo que tem como objetivo acompanhar o movimento e responder as necessidades do mesmo, não há uma contradição organizativa entre a centralização e a política. Para Gramsci, a centralização democrática é a forma de acompanhar a mudança na realidade e auxiliar na transformação da mesma. O segundo tema é sobre a definição do partido: o partido não se define, porque a sua definição depende do movimento das classes; o centralismo democrático é justamente a forma de definição do movimento da luta de classes. Ao acompanhar o movimento das classes e as

transformações nas relações de forças, é possível afirmar o centralismo democrático como método de organização que possibilita uma resposta prática à luta de classes.

Considerando as relações entre os elementos presentes na organização partidária, a discussão sobre centralismo não se relaciona apenas ao elemento de direção do partido. Como o comunista italiano afirmou, é mais fácil formar um exército a partir de capitães do que de soldados. Entre os capitães e soldados existe um grupo intermediário de homens que realizam a soldadura necessária entre a direção e a massa partidária. Este grupo cumpre um papel importante para Gramsci, já que é através dele que é possível atingir um equilíbrio que possa *“impedir os chefes de se desviarem nos momentos de crise radical e para elevar sempre mais a massa”* (Q 2, § 75, p. 237). Este grupo é constituído pelos quadros intermediários do partido, o terceiro elemento da composição partidária.

Em relação aos quadros intermediários é preciso notar duas afirmações de Gramsci: a) os quadros não unificam a base e a direção apenas através do contato “físico”, mas através do contato moral e intelectual ou ético-político (GRAMSCI, Q 14, § 70, p. 1734); b) é comum, na relação direção-base, certo descompasso no desenvolvimento das atividades políticas. Como correção deste descompasso, seja o problema localizado nos dirigentes ou nos dirigidos, o corpo intermediário é fundamental para corrigir esta desigualdade temporal na política partidária.

A partir das três dimensões exploradas acima (o centralismo democrático, as relações de classe no aparelho partidário e os elementos constitutivos do partido) é possível avançarmos na compreensão do que é o “novo príncipe”. Quando o comunista italiano discute os textos de Maquiavel, ele assinala:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (Q 13, § 1, p. 1558).

Para Gramsci, o partido político é uma célula de desenvolvimento da vontade coletiva. Vontade que só pode ser articulada a partir de um novo nexos entre sociedade civil e sociedade política.

O “moderno príncipe” não é qualquer príncipe. Ele é novo porque é capaz de ser o *“anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna.”* (Q 13, § 1, p. 1560).

Este é apenas um aspecto do “moderno príncipe”. Outro aspecto é a forma de recrutamento para o partido. Neste âmbito, Michels colocou que é contraditório o processo de crescimento do partido, pois de um lado há a necessidade de expandir para todas as classes sociais, enquanto de outro surge uma diferenciação de classe interna ao partido através desta expansão entre dirigentes e

dirigidos (MICHELS, 1969, p. 136). Para Gramsci, esta só é uma contradição se o recrutamento à organização for feito de forma trabalhista, isto é, sem uma delimitação clara entre aqueles que estão organizados e aqueles que apenas concordam com o programa do partido (LENIN, 2006, p. 63). Caso seja feito da forma do centralismo democrático, não há contradição entre as tendências expostas por Michels. Isto fica explícito no seguinte parágrafo do comunista italiano:

Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagonica aos antigos modos de pensar. Por isso, pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias, isso é, o crisol da unificação de teoria e prática entendida como processo histórico real; e compreende-se, assim, como seja necessária que a sua formação se realize através da adesão individual e não ao modo “laborista”, já que – se se trata de dirigir organicamente “toda a massa economicamente ativa” – deve-se dirigi-la não segundo velhos esquemas, mas inovando; e esta inovação só pode tornar-se de massa, em seus primeiros estágios, por intermédio de uma elite na qual a concepção implícita na atividade humana já se tenha tornado, em certa medida, consciência atual coerente e sistemática e vontade precisa e decidida. (Q 11, § 12, p. 1387).

A recuperação que Gramsci faz aqui é do debate ocorrido no congresso de 1903 do partido operário social-democrata russo (POSDR). Neste debate, enfrentaram-se duas concepções antagonicas sobre a definição dos militantes do partido: a primeira era de que qualquer pessoa que se reivindicasse membro do partido e trabalhasse “*sob o controle e direção dos órgãos do Partido*” (MARTOV, 2006, p. 39), deveria ser considerada membro – esta concepção era de Martov. Gramsci a chama de trabalhista, porque é a mesma relação que o Partido Trabalhista inglês tem com seus afiliados. A segunda posição era a defendida por Lenin, que reivindicava que só fosse militante aquele que tivesse uma organicidade no partido, participando ativamente de um organismo (LENIN, 2006, p. 35). Esta posição é a que Gramsci defende no trecho citado, já que para ele, só é possível dirigir as classes subalternas a partir de um partido de militantes orgânicos. Mas militância orgânica não quer dizer que seja uma militância interna, voltada ao partido. Como o próprio Gramsci diz no trecho citado, esta militância orgânica é o elo fundamental para a ligação entre teoria e prática, entre concepção de mundo e luta de classes. O sentido da militância orgânica é justamente o de conseguir a unificação entre o setor organizado e as classes subalternas.

Desta forma, a contradição que era apontada por Michels entre a formação da hegemonia nas massas e a diferenciação interna de classe pode não existir no partido, para Gramsci. A militância no seio das classes subalternas, que é o acompanhamento do movimento das massas, é a forma como esta diferenciação de classe não se sobreponha enquanto um diferenciador no partido político.

A história dos partidos políticos

O segundo parágrafo na crítica de Gramsci a Michels se localiza no Q 13, § 33 e foi escrito entre agosto de 1932 e março de 1934. Este é um texto C. No texto A, presente no Q 9, § 64 (escrito entre julho e agosto de 1932) a referência não é a Michels, mas a Maquiavel e a história das classes subalternas. É somente no texto C que Gramsci acrescenta a referência a Michels. O caderno 13 já faz parte dos cadernos aos quais Gramsci reagrupou as notas, com a intenção de preparar uma formulação superior. Este caderno é inteiramente composto por textos C (reescritos).

O questionamento central de Gramsci, nesta nota, é “*o que é a história de um partido?*” (Q 9, § 64, p. 1134; Q 13, § 33, p. 1629). O comunista italiano levanta diversas hipóteses sobre a história do partido: história da elite dirigente, história da vida interna, biografia das lideranças. Mas a resposta a esta pergunta só aparece quando o autor italiano relaciona a história do partido com a história do grupo social ao qual o partido está ligado e, neste sentido, “*é expressão e a parte mais avançada*”:

a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Somente do quadro global de todo o conjunto social e estatal (e, freqüentemente, também com interferências internacionais) é que resultará a história de um determinado partido; por isso, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico. (GRAMSCI, Q 13, § 33, p. 1630).

Mas o modo de escrever a história de um partido é, ao mesmo tempo, uma concepção sobre o que é o partido. E é justamente este o erro de Michels que o comunista italiano critica. Para Gramsci, o teórico elitista concebe a história dos partidos de forma simplificada (Ibidem, p. 1629). O crítico italiano acrescenta que, o historiador, ao contrário do sectário, “*acentuará sobretudo a eficiência real do partido, sua força determinante, positiva e negativa, sua capacidade de contribuir para a criação de um acontecimento e também para impedir que outros acontecimentos se verificassem.*” (Ibidem: 1630).

Esta identificação entre “o modo de escrever a história de um partido” e o “conceito de partido político”, nos permite realizar analogias entre esta nota sobre o conceito de partido político e as notas sobre o papel do partido na história das classes subalternas.

O caderno 25, escrito inteiramente em 1934, reúne ao todo oito notas reescritas do caderno 1 (duas notas) e 3 (seis notas)¹⁰. Dentre estas, três são de particular interesse para a teoria dos partidos em Gramsci.

A primeira se relaciona aos *critérios metodológicos* para a história das classes subalternas. Para Gramsci, a história das classes subalternas é necessariamente desagregada e episódica. A tendência

¹⁰ O primeiro parágrafo é uma reescrita de dois textos A, um do caderno 1 e outro do caderno 9.

à unificação é “*continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes*”, mesmo quando se “*rebelam e insurgem*”; somente a vitória “permanente”¹¹ poderia romper esta desagregação (GRAMSCI, Q 25, § 2, p. 2283)¹². É devido a esta situação que, para o historiador, toda atividade “autônoma” dos grupos subalternos tem um “valor inestimável” (Ibidem: 2284). Logo na continuação, Gramsci insiste no fato de que a história dos grupos subalternos só pode ser escrita enquanto monografia, já que é a história de um aspecto do processo de desenvolvimento da classe social.

Em outra nota, sobre “*critérios de método*”, Gramsci irá desenvolver um esquema hipotético de estudo para a história das classes subalternas. Para isso, parte da afirmação de que a “*unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado*” (GRAMSCI, Q 25, § 5, p. 2287-2288). E o comunista italiano destaca o caráter desta unidade: ela não é “*puramente jurídica e política*”, mas “*o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’*” (Ibidem: 2288). A história das classes subalternas é desagregada e episódica porque as classes subalternas constroem a sua história na sociedade civil e só podem romper esta fragmentação quando se unificarem no Estado, estabelecendo relações orgânicas entre sociedade política e sociedade civil – as relações orgânicas entre ambas são justamente a hegemonia de um grupo social através dos organismos e instituições civis e políticas. A partir destas relações orgânicas é que Gramsci formulou seis pontos para o estudo das classes subalternas: 1) deve-se partir da formação do grupo social subalterno a partir da estrutura de produção econômica, da sua difusão quantitativa e sua origem nos grupos sociais pré-existentes; 2) analisar a adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes e às tentativas de impor reivindicações próprias dos grupos subalternos; 3) verificar o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes que procuram manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos; 4) determinar as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações restritas e parciais; 5) analisar as novas formações que afirmam a autonomia dos subalternos, mas nos quadros da formação política dominante e 6) analisar nas lutas dos subalternos, as formações que afirmam a autonomia integral dos grupos subalternos (Ibidem). Para o comunista italiano, estas fases são apenas hipóteses de desenvolvimento, e combinações ou fases intermediárias podem ser descobertas na análise histórica.

Estes pontos de indicação são muito próximos aos momentos das “relações de forças” que Gramsci analisou em outra nota, no caderno 13, escrita entre maio de 1932 e os primeiros meses de

¹¹ As aspas na palavra permanente são do próprio Gramsci. O comunista italiano buscou acentuar a relatividade desta permanência. Isto ocorre porque mesmo quando os grupos subalternos são vitoriosos, eles devem estar sempre em “estado de alerta”.

¹² Este é um texto C. O texto A está no Q 3, § 14, p. 299-300. A diferença essencial entre um e outro é que o texto A se apresenta como uma nota para “história das classes dominantes e das classes subalternas”, enquanto a segunda já são os critérios metodológicos para a história das classes subalternas (que contêm também indicações para a história das classes dominantes).

1934. Neste parágrafo, o comunista italiano concebe as relações de força através de basicamente três graus: 1) relação objetiva de determinação numérica no campo da estrutura econômica; 2) análise das forças políticas dos grupos sociais através dos graus que atingiram na consciência política: a) econômico-corporativo: solidariedade entre profissionais de uma mesma área (bancário com bancário, professor com professor, empresário com empresário...); b) solidariedade dos interesses do grupo social: identificação de classe (trabalhadores com trabalhadores, camponeses com camponeses...), mas entendida como reivindicações econômicas e sindicais que não ultrapassam o quadro da ordem existente (salários, condições de trabalho, mudanças legislativas, entre outras); c) a consciência de que os interesses de classe devem ultrapassar o grupo social e se tornar interesses de outros grupos sociais: esta é a forma de luta dos partidos, que tende a compatibilizar o interesse do grupo social que representa com o interesse de outros grupos, de forma a possibilitar a conquista da hegemonia na sociedade; 3) relação de forças militares em sentido técnico (capacidade armamentista) e político (capacidade de manter desagregada a força antagonista através da força) (GRAMSCI, Q 13, § 17, p. 1583-1584).

A congruência entre os dois parágrafos nos parece evidente, ainda que o primeiro tenha foco na metodologia da história e o segundo na metodologia da análise política. Para analisar a história é necessário analisar a relação de forças reais que se desenvolveu em cada processo, da mesma forma que na política. Neste sentido, as considerações de Gramsci sobre o papel da formação política dominante são importantes para entender que grau de relações de força existiu em cada momento histórico: a análise de situações é entendida como uma inter-relação entre os diversos grupos sociais e seus partidos: o desenrolar destas relações na história é que determina o processo. É como efeito do atravessamento da intervenção humana no processo político e histórico, no qual os teóricos só podem prever a luta, mas não os elementos concretos de cada luta (GRAMSCI, Q 11, § 15, p. 1402).

Todas as considerações entre a análise política e a análise histórica só podem ser feitas porque, para o comunista italiano, existe uma unidade entre história e política: *“História e política estão estreitamente unidas, são, aliás, a mesma coisa; entretanto, deve-se distinguir a avaliação dos fatos históricos e dos fatos e atos políticos.”* (GRAMSCI, Q 3, § 33, p. 310). A distinção se dá porque é mais fácil cometer erros na apreciação dos fatos correntes, do que nos passados. É por isto que o conhecimento político não pode ser “livresco”, mas “vivo”, de conexão com a realidade (Ibidem: 310-311).

Na continuação do Caderno 25, Gramsci insistiu no papel do partido para os subalternos. A primeira consideração feita por ele é sobre a relação entre o partido dos subalternos com a classe dominante e com os grupos subalternos. Em relação à classe dominante, Gramsci reafirma o “espírito de cisão” de Sorel: o projeto de autonomia integral dos subalternos é um programa de

cisão (independência de classe) completa em relação aos dominantes, mas esta somente é possível quando a vitória for permanente, isto é, quando a autonomia for integral através da conquista do poder e do estabelecimento de relações orgânicas entre sociedade política e civil sob a dominação dos subalternos. Para chegar a isto, é necessário analisar em cada fase particular o papel que as classes dominantes exerceram no comportamento e nas atividades dos grupos e partidos dos subalternos. Na relação entre os subalternos e seus partidos, o comunista italiano deixa claro que um grupo exercerá ou tenderá a exercer “*certa hegemonia através de um partido, e é preciso estabelecer isto, estudando também o desenvolvimento de todos os outros partidos, por incluírem elementos do grupo hegemônico ou dos outros grupos subalternos que sofrem tal hegemonia.*” (Ibidem: 2228-2229).

Como analisamos no parágrafo anterior (Q 25, § 2), o que tem “valor inestimável” na história das classes subalternas é justamente aqueles momentos que desenvolvem a “autonomia” destes grupos sociais. Para compreender estes momentos, é necessário analisar esta autonomia em relação “*aos inimigos a abater e a adesão dos grupos que ajudaram ativa ou passivamente*” (Ibidem: 2289) na formação dos organismos, inclusive do partido.

Uma consideração metodológica importante é a “dupla perspectiva”: as organizações de classe não podem ser analisadas somente em relação ao seu grupo social, fora das relações de força que envolvem toda a sociedade. Para Gramsci, é necessário analisar o partido político através da influência das classes dominantes e da influência das outras classes subalternas no desenvolvimento do partido, tanto no comportamento, quanto na atividade política.

A dupla perspectiva foi considerada por Gramsci como critério de análise a partir da metáfora do “centauro de Maquiavel” (GRAMSCI, Q 8, § 86, p. 991; Q 13, § 14, p. 1576). A dupla perspectiva pode ser vista através das relações entre força e hegemonia, dominação e direção, estratégia e tática, agitação e propaganda, política e economia, dentre outras. A insistência de Gramsci é que a dupla perspectiva na análise não deve ser compreendida de forma temporal (imediato e mediato), mas através de uma unidade complexa de desenvolvimento desigual e combinado entre as partes (Ibidem): a alteração entre o texto A (Q 8, § 86) e o texto C (Q 13, § 14) reside justamente na insistência do caráter dialético de interpenetração entre as partes e não da temporalidade diferente das partes em suas relações.

Voltando ao caderno 25, é justamente nestas notas que a história do partido como “monografia da história de uma classe” adquiriu um sentido mais claro. A história dos partidos é uma parte essencial da história do desenvolvimento de uma classe subalterna. O partido é, na verdade, um instrumento necessário para a passagem desta classe de subalterna a hegemônica. O partido é um elemento de autonomia parcial, parte do desenvolvimento que busca a autonomia integral, que só pode ser conquistada através da conquista do Estado em sentido amplo.

Existe ainda, sobre partidos políticos e sua organização interna, duas contribuições importantes de Gramsci. Estas contribuições são elementos da teoria dos partidos políticos em Gramsci e se relacionam de forma mediada com a crítica a Michels. A primeira é de um parágrafo escrito entre junho e julho de 1930, que colocou elementos para se pensar as organizações políticas:

Três elementos: doutrina, composição ‘física’ da organização de um determinado pessoal historicamente determinado, *movimento real histórico*. O primeiro e o segundo elementos caem sob o controle da vontade associada e deliberante. O terceiro elemento reage continuamente sobre os outros dois e determina a luta incessante, teórica e prática, para elevar o organismo a níveis de consciência coletiva cada vez mais altos e refinados. (Q 3, § 56, p. 337).

Os pólos de relações para Gramsci, na análise do partido, se dão entre, de um lado o elemento “voluntário” (doutrina e composição física) e de outro o movimento real histórico. É o movimento externo da classe a qual o partido representa que determina a luta incessante para a formação da consciência coletiva. É importante notar que o movimento da classe determina uma luta e não o resultado concreto desta luta, o que nos limita dizer que a situação de mobilização favorável ou desfavorável à classe apenas auxilia as tendências à luta do partido, não as resolve.

O outro parágrafo se relaciona propriamente à questão da relação entre partido e classe. Enquanto para Michels esta relação de representação era impossível, já que no partido proletário convivem duas classes diferentes e o interesse de uma delas será predominante, para Gramsci, pode-se dizer que o partido é uma *nomenclatura* de uma classe. Só que a relação entre partido e classe não é uma relação mecânica (partido = classe), mas uma relação de influência de um sobre o outro (GRAMSCI, Q 3, § 119, p. 387). Aqui é retomada a idéia do partido enquanto parte da classe. Uma prova desta compreensão é a afirmação de Gramsci de que os partidos nem sempre

sabem adaptar-se às novas tarefas e às novas épocas, nem sempre sabem desenvolver-se de acordo com o desenvolvimento do conjunto das relações de força (e, portanto, a posição relativa de suas classes) no país em questão ou no campo internacional. Quando se analisam estes desenvolvimentos dos partidos, é necessário distinguir: o grupo social, a massa partidária, a burocracia e o Estado-Maior do partido. A burocracia é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa; se ela chega a se constituir como um corpo solidário, voltado para si mesmo e independente da massa, o partido termina por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda, é esvaziado de seu conteúdo social e resta como que solto no ar. (GRAMSCI, Q 13, § 23, p. 1604).

O grupo novo incluído aqui é a burocracia partidária. E, sobre ela, Gramsci atribui uma importância maior: a burocracia é identificada enquanto os funcionários do aparelho. Mas estes funcionários exercem funções organizativas e, por isto, são também intelectuais. Mas este é um problema que não poderemos abordar neste artigo.

As conclusões metodológicas de Gramsci

A crítica de Michels a Gramsci levanta diversas questões sobre a teoria dos partidos, classes sociais, entre outros temas. Mas um tema aqui nos parece bastante relevante, que é a inovação metodológica de Gramsci para a análise dos partidos políticos.

Uma das críticas de Gramsci, no parágrafo que analisamos do caderno 2, é sobre o método de trabalho de Michels: para Gramsci, o autor ítalo-germânico não possui “*nenhuma metodologia intrínseca aos fatos, nenhum ponto de vista crítico a não ser um amável ceticismo de salão ou de café reacionário*” (GRAMSCI, Q 2, § 75, p. 237). A crítica de Gramsci se desenvolve sobre o caráter diletante de Michels, que é guiado por citações, por dados e não por uma perspectiva metodológica própria. A falta de uma perspectiva metodológica própria leva Michels a generalizações que conformam sua lei férrea da oligarquia. O problema que ele analisa na vida de alguns Estados e de alguns partidos aparece como elementos presentes em toda história. É por isto que, logo no início da sociologia dos partidos políticos, Michels discute o problema da oligarquia a partir da essência da atividade organizativa, da natureza humana e da luta política (MICHELS, 2001, p. 08-09).

Outra crítica ao método de Michels se encontra na discussão sobre “o que é científico”. Estimulado pelo problema da impositação das ciências naturais na filosofia da práxis, Gramsci levantou problemas sobre a relação entre ciência e método. Neste sentido, o comunista chegou à conclusão de que: “*Não existem ciências por excelências e não existe um método por excelência, ‘um método em si’. Toda pesquisa científica cria para si um método adequado, uma lógica própria, cuja generalidade e universalidade consiste apenas em ser ‘conforme ao fim’.*” (Q 6, § 180, p. 826).

A crítica de Gramsci incorpora estas duas questões metodológicas na análise da teoria de Michels. Mas a sua principal inovação está na dupla perspectiva da teoria dos partidos políticos: todos os partidos políticos sofrem influências das classes dominantes e das subalternas. É a combinação entre a relação de forças sociais e o projeto político permanentemente organizado que definirá a oligarquização ou não do partido político. Nesta combinação é que Gramsci analisou os três elementos do partido (Q 3, § 56, p. 337).

A inovação deste método nos leva à elaboração de dois elementos centrais, a partir de Gramsci, para a discussão da oligarquização dos partidos políticos proletários. O primeiro elemento aborda o programa político do moderno Príncipe ou a doutrina. Este programa busca a hegemonia das classes subalternas? Esta não pode ser uma resposta teórica, mas prática. E esta prática pode ser “medida”, a partir da análise da formação de novos intelectuais orgânicos da classe social: o partido político proletário está formando novos quadros políticos para a conquista da hegemonia dos subalternos? O partido busca a hegemonia ideológica na sociedade? Estes dois movimentos (busca da hegemonia e

a formação dos intelectuais orgânicos), como escreveu Gramsci, sempre são determinados pelo movimento real histórico, pela luta de classes.

Neste sentido, o problema das relações democráticas ou oligárquicas não é um problema apenas da forma de organização, ainda que esta seja importante para determinar as relações. O que determina as relações democráticas ou oligárquicas é a relação que o partido tem com a classe e a política de formação de novos quadros políticos para a conquista da hegemonia.

Bibliografia

- ALBERTONI, Ettore. Introduzione. In.: MICHELS, Robert. *Potere e Oligarchie*. Milão: 1989, p. 5-48.
- ANDREUCCI, FRANCO. A difusão e a vulgarização do marxismo. HOBSBAWM, Eric. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, v. 02, p. 15-73.
- BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.
- DIAS, Edmundo Fernandes *et al.* *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- FILIPPINI, Michele. *Una Filologia della società*. 2008. Tese – Departamento de Política, Instituição e História, Universidade de Bologna, Bologna.
- FRANCIONI, Gianni. *L'Officina gramsciana*. Nápoles: Bibliopolis, 1984.
- GALASTRI, Leandro. “Gramsci leitor de Sorel: um diálogo sobre história e revolução”. *Temáticas*. Campinas: nº 29, p. 121-149, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*, Turim, Einaudi: 1975, 4 v.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1999-2002, 6 v.
- GRAMSCI, Antonio. *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005, 2 v.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2004, 2 v.
- LENIN, V. I. Projeto de estatuto do partido operário social-democrático russo (POSDR). In.: FELIPE, Willian (org.). *Teoria e organização do Partido*. São Paulo: Sundermann, 2006, p. 35-38.
- LENIN, V. I. O parágrafo primeiro dos estatutos. In.: FELIPE, Willian (org.). *Teoria e organização do Partido*. São Paulo: Sundermann, 2006, p. 61-80.
- MARTOV, Y. O. Projeto de estatuto do partido operário social-democrático russo (POSDR). In.: FELIPE, Willian (org.). *Teoria e organização do Partido*. São Paulo: Sundermann, 2006, p. 39-44.
- MARX, Karl. Prefácio para a crítica da economia política. In.: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MICHELS, Robert. *Por uma sociologia dos partidos políticos*. Lisboa: Antígona, 2001.
- MICHELS, Robert. *Potere e Oligarchie*. Milão: 1989.
- MICHELS, Robert. *Introducción a la sociología política*. Buenos Aires: Paidós, 1969.
- MICHELS, Robert. *Socialismo e Fascismo (1925-1934)*. Milão: Giuffrè, 1991.

TUCCARI, Francesco. *I dilemmi della democrazia moderna*. Bari: Laterza, 1993.

WEBER, Max. *Politica y ciencia*. Buenos Aires: El Aleph, 2000.